

SESSÕES DO PLENÁRIO

92ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 24 de setembro de 2013.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo Damasceno, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João C Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandyr Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sidelvan Nóbrega, Temóteo Brito, Tom Araujo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (58)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

Há um requerimento assinado por mais de 21 Srs. Deputados.

(Lê) “*Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art.92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma **Sessão Extraordinária**, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar às seguintes matérias: Requerimento de Urgência nº 7.987/2013 para o Projeto de Lei nº 20.472/2013, Projeto de Lei nº 20.425/2013 e o Projeto de Lei nº 20.308/2013.*”

Defiro o requerimento.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. Ronaldo Carletto, comunicando sua ausência da sessão no dia 07/08/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. José de Arimatéia, comunicando sua ausência das sessões nos dias 12 e 14/08/2013, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Delegado Deraldo Damasceno, comunicando sua ausência da sessão no dia 02/09/2013, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

Com a palavra a nobre deputada Maria Luiza Laudano, pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvintes da *TV Assembleia*, imprensa, funcionários, queridas taquígrafas, comunidade, pessoas amigas que nos honram com suas presenças nas Galerias Paulo Jackson desta Casa do Povo, venho hoje a esta tribuna para parabenizar o presidente da Comissão de Saúde, deputado José de Arimatéia, pela brilhante sessão que realizou hoje, à qual compareceram médicos, pessoas especializadas, pessoas que lutam, realmente, com o tema.

Inclusive, quero parabenizar o deputado Yulo pelo seu projeto de doação de órgãos que foi, hoje, bem discutido na comissão. Devo dizer, deputado, que projetos da estirpe desse de V.Ex^a precisam vir a esta Casa para serem votados, pois são úteis.

Espero que todos nós que fomos à sessão possamos, na tarde de hoje, entrar em contato, fazer uma reunião com o Líder da Maioria – ele, inclusive, já deu a sua palavra de ir ao encontro da Minoria – para que possamos fazer fluir resultados em prol desse projeto, dispensando as formalidades. Vamos ver se o seu projeto, deputado Yulo, já passou por todas as comissões...

(Várias deputados falam fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, há uma oradora na tribuna. (Pausa) Pode continuar, deputada.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Muito obrigada, Sr. Presidente desta sessão, deputado Adolfo.

É um tema tão importante, a doação de órgãos, e todos devemos estar irmanados com esse projeto. E eu, aqui, muito particularmente, peço a todos os deputados e deputadas desta Casa que compareçam ao encontro. Vamos discutir e, realmente, chegar a um acordo para que possamos, deputado Yulo, quem sabe, votar até hoje essa proposição tão necessária.

Quantas pessoas esperam salvar uma vida com a doação de um órgão? Às vezes, há pessoas que têm paralisação do cérebro, do coração e que, de imediato, podem ser...

(Várias deputados falam fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, há uma oradora na tribuna que não está conseguindo continuar o discurso.

Para concluir, deputada.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Infelizmente, presidente desta sessão, as pessoas talvez não estejam preocupadas com esse projeto tão importante.

Deputado José de Arimatéia, estou parabenizando V.Ex^a. Foi uma sessão brilhante presidida por V.Ex^a. Nesta tarde de hoje, dialogaremos com os Líderes da Maioria e da Minoria e com todos os colegas deputados. Como bem disse o deputado Yulo, é um projeto de todos nós, porque é realmente muito importante.

Muito obrigada pela tolerância.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Reinaldo Braga pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. REINALDO BRAGA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados presentes a este plenário, ontem a Comissão de Reforma Política, da qual sou presidente, esteve reunida extraordinariamente para receber o deputado federal Antônio Brito, membro do grupo de trabalho criado pela Câmara dos Deputados, para apresentar uma proposta de reforma política à Nação.

Foi uma reunião bastante proveitosa, estavam presentes os Srs. Deputados Carlos Geilson, Maria Luiza Laudano, Zé Raimundo, Elmar Nascimento, Sidelvan Nóbrega e Mário Negromento Júnior. Oportunidade em que nos atualizamos com o que está ocorrendo no Congresso Nacional, no Senado e na Câmara dos Deputados.

Todos nós já tivemos conhecimento pela imprensa que há um projeto votado no Senado que trata de algumas mudanças para 2014. Se ele for votado hoje ou amanhã do jeito que propõe o Senado e se sancionado pela presidente da República, valerá para as eleições de 2014. São mudanças que dizem respeito ao curso da campanha, a fim de baratear a campanha, como pinturas de muro, painéis, cavaletes em ruas ou uso de placas. Outras para facilitar o registro da candidatura, como certidões que o próprio Tribunal tem conhecimento. Por exemplo, a quitação eleitoral não será mais preciso apresentar, o próprio cartório eleitoral já sabe se estamos quites ou não. Ou seja, facilita o registro das candidaturas. Há também mudança de alguns prazos, diminuição do horário eleitoral. A questão da propaganda antecipada, mudará também alguma coisa nesse sentido para que não sejam geradas tantas ações na justiça.

Há um outro projeto mais abrangente que está sendo produzido na Câmara, para valer a partir de 2018. Teria como carro-chefe a coincidência de mandatos. Eleição em 2018 para vereador, deputado estadual, deputado federal, senador, presidente da República e governador, tudo junto. Houve um acordo, o grupo de trabalho já acertou que essa medida é importante e, parece-me, que a maioria dos partidos também estão concordando com isso.

Mandato de 5 anos sem direito a reeleição. Vai ficar evidente que para vereador

e deputado com reeleição; para o executivo não, sem reeleição. Então mandato de 5 anos para vereador, deputado estadual, deputado federal, prefeito e governador. Senador está em aberto, porque é de 8 anos e está em aberto, ou cinco anos também, outros preferem que seja até de 10 anos.

Fidelidade partidária foi um assunto que também foi debatido.

Filiação. Vale a última filiação, não mais aquela questão de dupla filiação ter que de comunicar à Justiça. Não, a última filiação é válida. E por aí vai.

Então foi uma reunião bastante produtiva. Em outra oportunidade vou conversar mais. A deputada Luiza Maia não pode estar, mas mandou um representante a altura.

Quero aqui registrar, portanto, essa reunião da Comissão de Reforma Política que foi muito produtiva. Oportunamente, trataremos de outros assuntos lá relacionados, lá aventados, porque o nosso tempo já encerrou.

Estive também, ontem, no aniversário do ex-prefeito Luiz Caetano. Muita gente, muitos políticos, o povão inteiro estava lá. Infelizmente, não pude ver a deputada Luiza Maia porque não demorei muito tempo. Um abraço.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra, por 5 minutos, o deputado Yulo Oiticica.

O Sr. YULO OITICICA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, quero parabenizar a Comissão da Saúde, o deputado José de Arimatéia, que hoje realizou uma importante sessão, deputada Maria Luiza Laudano, V.Ex^a que esteve lá e que é cúmplice dessas coisas boas que o Parlamento exercita. É uma pena que parte da grande mídia faça questão de falar das coisas ruins e não dê foco no que deveria dar, às coisas boas. Mas já disse o Papa Francisco: Pouco zoada faz o bosque, muita zoada faz o cair de uma árvore. Infelizmente, a grande mídia sabe identificar as árvores ruins que caem, mas não a serenidade das ações que acontecem dentro do grande bosque que é infinitamente maior.

E é nesse sentido, Sr. Presidente, deputadas e deputados, que fizemos, hoje, um debate importante sobre a questão da doação de órgãos. É importante lembrar que o Brasil é o segundo país em doação de órgão no mundo, só perde para os Estados Unidos, mas ainda está muito aquém da necessidade, da demanda, que existe.

Na Bahia, em que pese o avanço dos últimos anos, hoje, só temos 8 doadores para cada 1 milhão de baianos. Imagine só, deputada Maria del Carmen, que 69.72 das famílias negam a possibilidade da doação de órgãos dos seus familiares, ou seja, a falta de conhecimento ainda faz com que não seja instituída uma cultura de solidariedade, porque é exatamente disso que estamos falando.

Nós não temos nenhuma dúvida da importância de dar a possibilidade de uma pessoa, por exemplo, enxergar. Temos, hoje, na fila de espera de córnea 788 pessoas. Imaginem a informação que acabamos tendo de especialistas de que uma pessoa, depois de comprovada a sua morte - portanto o cérebro morreu, o coração parou de bater, absolutamente nenhuma chance mais de vida -, até 6 horas depois pode ser

retirada a córnea, ou seja, tempo suficiente, dentro, naturalmente, de um momento delicado da vida de qualquer pessoa que perdeu um ente querido. Não é nada fácil, independente da idade cronológica ou das circunstâncias, mas nós estamos falando da possibilidade de dar vida ao semelhante, de dar a possibilidade de enxergar ao semelhante. É exatamente disso que estamos falando.

Como disse a deputada Maria Luiza Laudano, projetos como esse não têm autor, têm coautor. Não tenho nenhuma dúvida que todos os deputados desta Casa, sem exceção, são a favor de projetos como esse. E há uma indicação e um projeto em curso, a indicação é de que se tenha uma semana para debater essa questão. Portanto, é estimular o sindicato, igreja, associação, OAB, imprensa, empresários, enfim, todos os órgãos da sociedade organizada para que pensem naquela semana o seu papel. Fazer esse debate na sua empresa, na sua igreja, no seu sindicato, na sua escola, na perspectiva de que as pessoas conheçam a realidade. Não há, absolutamente, nenhum prejuízo em doar algo que não lhe serve mais, mas que vai servir tanto a tantos outros. É disso que estamos falando.

Portanto, o projeto de lei é no sentido de criar um dia estadual de doação de órgãos. Um dia estadual que pode ser o dia que abre esta semana de debates, o dia que abre uma semana intensiva para uma participação mais ativa da sociedade nesta questão. Tivemos a presença hoje do Dr. Eraldo Moura, que é um militante da causa, um militante dedicado a esta questão tão importante, alguém que como poucos sente a dor do outro e busca para que cada um de nós tenha o conhecimento da realidade e, portanto, se torne um doador de órgãos. Também presente o Dr. José Valter, que é um companheiro da Secretaria Estadual da Saúde; a Dr^a Márcia, que estava lá como demonstração de uma transplantada que sobrevive exatamente graças a essa solidariedade de um outro ser humano. Estavam lá, também, a Dr^a Ledívia, a Dr^a Simone e tantos outros fazendo um debate, seja da formulação, seja da intenção do desejo de cada um de aprovar esse projeto.

Nós definimos, a partir do deputado José de Arimatéia que preside a comissão, que ela viesse aos líderes da Maioria e da Minoria, deputados Elmar Nascimento e Zé Neto, para que dispensem as formalidades e aprovemos projetos como esse. Esse não é um projeto de um deputado, esse é um projeto do bom senso do Poder Legislativo baiano para que, em parceria com tantos militantes que narrei os nomes e tantos outros, possamos fazer com que campanhas como essa, dias como esse, ações como essa venham incentivar e trazer verdadeiras informações para que as pessoas conheçam a possibilidade de não perder, mas ganhar quando ajuda o outro dando o que não serve mais ao outro que tanto necessita.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, subo aqui a esta tribuna para falar da felicidade que tenho. Após audiência pública

que teve lugar nesta Casa sob a responsabilidade da Comissão de Infraestrutura discutindo a questão da ferrovia do Estado da Bahia, esta Casa uniu Oposição e Situação para discutir de maneira relativamente aprofundada alternativas para melhor aproveitamento de traçado, discussão da desmobilização da atual ferrovia. De sorte que o Estado da Bahia, que oferece uma perspectiva de vários modais na infraestrutura de transporte e de logística, tenha no transporte ferroviário o processo claro e definitivo de viabilização da Bahia como a terceira maior província mineral deste nosso País. E definitivamente, principalmente através do modal ferroviário, o Brasil inaugure o processo para entrar na modernidade com um nível de competitividade que lhe cabe para escoamento dos grãos, para a cadeia de processamento dos minérios, para o transporte de passageiros. Temos aqui a capital do Estado da Bahia irremediavelmente conturbada em função do tráfego, do trânsito, que caracteriza a capital baiana como uma das piores. Existe aí um embrião daquilo que poderá vir a trazer parte da solução, que é o transporte de massa, que precisa necessariamente estar vinculado, integrado, ao transporte de passageiros naquilo que haveremos de convencionar, chamar de região mega metropolitana de Salvador.

É o trem de passageiro que partirá de Alagoinhas para Salvador, de Feira de Santana – a segunda maior cidade em importância - para Salvador e do Recôncavo para Salvador. Mas quando essa discussão não traz os chefes dos executivos municipais, não traz o Poder Legislativo, o Parlamento do estado local, ou seja, dos municípios, principais interessados nos diversos traçados, não traz o concurso e a cumplicidade dos governadores por onde a malha ferroviária da FCA, VLI, Vale do Rio Doce que, 17 anos depois da concessão, faz retornar para a União uma malha ferroviária totalmente degradada, depredada e a Bahia poderá ficar sem um centavo de indenização, recebendo tão somente o esqueleto.

Então, essa situação cabe a esta Casa para elevar o grito de indignação, união e a carta de Salvador homologa esse sentimento da Oposição e da Situação. E coloca à disposição da presidente Dilma e do atual ministro dos Transportes, que é baiano, que tem que necessariamente trabalhar a oitava de toda a sociedade baiana para que de fato possamos protagonizar esse salto de qualidade para fazer da Bahia um estado competitivo, para que o escoamento dos grãos produzidos no Oeste do estado e no Centro-Oeste brasileiro possam fluir para o porto, que inclusive é o maior gargalo logístico do Estado da Bahia. Temos a maior baía, o maior acúmulo de águas abrigadas do Atlântico na costa da Bahia e não temos um porto de grande calado. Essa é uma contradição que faz da necessidade de termos um porto a altura do potencial e da vocacionalidade que o nosso Estado exhibe. Não podemos perder a oportunidade.

Portanto, é essa a manifestação, Sr. Presidente, que trazemos para a reflexão de todos os nossos pares.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra o nobre deputado Adolfo Menezes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as}. Deputadas, deputado Gaban, li a coluna do jornalista Samuel Celestino, do jornal *A Tarde* de hoje e matéria do jornal *A Tarde* também de ontem com referência, deputado Carlos Geilson, aos casarões, às construções e aos prédios abandonados da nossa triste Salvador.

O prefeito ACM Neto, tenho certeza que com a sua equipe, deve estar se preparando para tomar providências em relação a cuidar da parte financeira de uma cidade que sempre foi quebrada, na qual a maior parte da população não paga impostos, na qual ninguém obedece ou pouca gente obedece alguma coisa, quer dizer, falta muito.

E essa matéria de Samuel Celestino no jornal de ontem, deputado Gaban, fala sobre esses abandonos que temos em toda a Salvador, especificamente nos locais turísticos como o Pelourinho, o Porto da Barra, que é de dar dó, uma praia daquela numa área urbana é considerada uma das mais bonitas do mundo. Eu há 4, 5 anos, deputada Maria del Carmen, por diversas vezes usei esta tribuna para defender a Construtora Unicon - não sei nem tenho ideia de quem são os seus proprietários -, que tentou fazer um hotel 5 estrelas. Hoje, Samuel Celestino falou na sua coluna daquele prédio na Praça Cairu, junto ao Elevador Lacerda, onde funcionou uma loja do Supermercado Paes Mendonça, que está praticamente caindo. E só não caiu ainda porque está praticamente escorado. Salvo engano, foi o IPHAN que proibiu com tantas exigências que aquele hotel 5 estrelas se instalasse. Parece-me que depois a construtora quebrou em consequência desta crise internacional. O que temos hoje é um casarão importantíssimo caindo, como vários ali do entorno do elevador, na área do Comércio.

Peço ao deputado Bruno Reis, que é muito ligado ao prefeito ACM Neto... Sei que é uma coisa minúscula em relação a tantas coisas que precisam ser feitas em Salvador e tenho certeza de que o prefeito deve passar por ali toda semana. Para que o visitante não morra logo de morte súbita na chegada nem tome logo um choque, que ele pelo menos se acostume um pouco com a cidade horrorosa, acabada, deputado Carlos Brasileiro, porque é vergonhosa a situação em que se encontra a nossa capital, por causa de uma administração calamitosa de 8 anos do então prefeito João Henrique, o qual o povo escolheu democraticamente.

Salvador é de envergonhar hoje. Tudo: praças, ruas, asfalto, construções, praias! Não está sobrando quase nada. Estou falando dos pontos principais. Quando se vai aos bairros mais periféricos, aí é que é uma desordem total.

Na chegada da capital, deputado Marcelino Galo, a terceira cidade do País - e reconheço que isto é uma coisa pequena, há coisas muito mais importantes como educação e saúde -, o mato deve estar com 2 metros. É uma área pequena que poderia receber um novo tratamento para que as pessoas que chegam a Salvador e desconhecem a realidade, a degradação em que ela se encontra, pelo menos não tenham logo um choque, um problema cardíaco, perguntando o que vieram fazer aqui gastando tanto dinheiro, pegando aviões e aeroportos lotados.

Não há mais aquelas pontes para descer dos aviões. O pessoal tem que descer

em ônibus. Na madrugada de ontem, tive a oportunidade de chegar de viagem no aeroporto de Salvador, deputado Carlos Brasileiro, e a ponte não estava funcionando. Pela primeira vez vi um micro-ônibus, no qual as pessoas não conseguiam nem entrar com as malas de mão.

Esta é a cidade na qual vivemos. Digo com toda sinceridade que tenho vergonha de receber algum amigo, algum convidado hoje, porque está tudo acabado. É de dar dó! Esperamos que o prefeito - a partir de 2014, porque já está no final do ano, o tempo está voando - tome providências antes que a pobre Salvador se acabe mais ainda, apesar de não haver nem mais o que acabar.

Deputado Bruno Reis, V.Ex^a que tem trânsito na prefeitura, sei que é muita coisa e que estou falando aqui de uma coisa pequena.

Li uma entrevista do Papa Francisco, que é da Ordem dos Franciscanos, fundada por Santo Agostinho, deputado Carlos Brasileiro, dizendo que grandes obras se fazem também com pequenas coisas. Então, com a chegada daqueles viadutos feitos pelo governador Wagner, o tráfego vai melhorar.

Quanto ao governador Wagner, temos visto, algumas vezes, deputado chamá-lo de preguiçoso. Digo que eu, amador na qualidade de governador, não tenho a metade do pique para cumprir a agenda deste grande governador.

Infelizmente, a Bahia e quase a totalidade dos estados passam por dificuldades. A gente passa na Paralela e vê a mesma cheia de viadutos e via expressa. A deputada Maria del Carmen teve a oportunidade de participar de grande parte da construção quando dirigiu a Conder.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Vou concluir.

Portanto, Maria del Carmen é uma pessoa capacitada aqui para falar de pormenores. Esta é a maior intervenção feita, na história da Bahia, depois da construção da avenida Paralela. Algumas pessoas e alguns deputados, no intuito de fazer oposição por oposição, criticam este governador que realizou uma obra com 7 mil quilômetros de estradas e realizou o maior programa de abastecimento de água da Bahia embora, infelizmente, em um estado com tantos problemas e em um País com tantos problemas. Claro, no momento, a Bahia não atravessa uma situação boa, mas faz parte do ajuste.

Deputado Carlos, em 2014, tenho certeza de que as coisas vão melhorar.

(Há manifestação de deputados fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Vou concluir, deputado Arimatéia.

Para quem quiser ver, há várias máquinas trabalhando. E a Bahia se transformou em um canteiro de obras. Claro, as necessidades são muito maiores. O governador tem feito a sua parte. E é uma injustiça vermos aqui deputados fazer oposição por oposição, chamar este governador que deu aumento como nenhum outro governador... Este governador deu tanto aumento que, talvez, estamos pagando um preço de ter fugido um pouco do orçamento devido a tantos aumentos concedidos para todas as carreiras do funcionalismo público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Nobre deputado Adolfo Menezes, peço a V.Ex^a assumir a Presidência da Mesa para eu poder fazer o uso da palavra.

(O Sr. Adolfo Menezes passa a ocupar a Presidência da Mesa nesta sessão.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Antes de dar a palavra ao próximo orador, quero saudar o Cel. Garcia que está presente nesta Casa e representa o Exército. É um prazer tê-lo aqui conosco, coronel.

Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais deputados, os bancários se encontram em greve desde o dia 19. Eles estão já no quinto dia de greve. A greve tem uma adesão muito forte no Brasil inteiro. Na última sexta-feira, o número de agências paralisadas era de 7.282. E, hoje, o número de agências paralisadas já ultrapassa 9 mil, atingindo todos os estados e o Distrito Federal.

É uma greve cuja única responsabilidade é dos bancos que se negam a atender às reivindicações básicas da categoria. As reivindicações são mínimas. Ainda assim, os bancos se negam a atender às reivindicações solicitadas.

Só para se ter uma ideia, o Itaú, no primeiro semestre deste ano, teve um lucro líquido de 7,55 bilhões. Esse lucro representa toda a economia de 33 países do mundo. Esse lucro é somente do Banco Itaú! Repetindo, tal lucro equivale à economia de 33 países do mundo. São lucros extraordinários! Dessa mesma maneira, tiveram lucros o Bradesco e, até, os bancos públicos.

Só para se ter uma ideia, todos os bancos, anteriormente, não cobravam as tarifas bancárias. Este era um período diferente e tal. Tinham eles, lá, os seus argumentos. A partir do momento da cobrança de tarifas bancárias, o nível de exploração aumentou de forma considerável. Hoje, os clientes são explorados, pagam por todos os serviços, até mesmo os serviços da Internet e no autoatendimento.

Eu acho isso um abuso, repito, um absurdo! Isso é inaceitável! E o cliente deve pagar pelos serviços efetuados em autoatendimento e pelos serviços efetuados através da Internet. Acho isso inaceitável!

Então, com as tarifas bancárias, os bancos, hoje, já pagam toda a folha de pessoal e ainda sobra dinheiro. Só com as tarifas bancárias! Só com as tarifas! Então, não podemos admitir esses abusos, porque tais abusos têm reflexos não apenas para os trabalhadores dessas instituições, como também têm reflexos para a população, que é explorada com altos juros e péssimo atendimento bancário. É uma exploração de toda sociedade.

Os bancários fazem reivindicações mínimas. O que eles querem é participação nos lucros. Deu lucro, recebem essa participação; não deu lucro, não recebem, é evidente. Os bancários exigem participação nos lucros. Já existe essa conquista para os trabalhadores, mas os bancários reivindicam, este ano, três salários de participação nos lucros, mais R\$ 5.553,00. Reivindicam também um piso salarial de R\$ 2.860,00 e reivindicam o índice de reajuste de 11,93%, que é a inflação do período, mais 5% de

aumento real.

Os bancos tiveram crescimento do seu patrimônio, aumentaram seu império de forma considerável. Aliás, têm aumentado seu patrimônio cotidianamente, diariamente, anualmente. E os bancários reivindicam apenas 5% de aumento real, mais a inflação, que dá o índice de 11,93%.

Os bancos podem, muito bem, atender todas essas reivindicações, mas, infelizmente, não atenderam, por isso a greve continua. A greve é de responsabilidade dos bancos, que se negam a atender reivindicações mínimas da categoria.

Essa é uma luta de todos nós pois os serviços bancários são fundamentais e indispensáveis na sociedade moderna, mas não podemos concordar com o nível de exploração dos bancos. É preciso, portanto, o fortalecimento dos bancos públicos e lutar contra a exploração dos bancos, de uma maneira geral, e em especial dos bancos particulares. Por isso, a greve dos bancários continua com muito vigor e com muita força.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Querido presidente Adolfo Menezes, Sr^{as} e Srs. Deputados, visitantes nas Galerias, Imprensa, primeiro, gostaria de aproveitar esse momento para dizer que, nesse fim de semana, a *Folha de São Paulo* publicou uma entrevista do Ives Gandra falando sobre como o STF foi tendencioso nesse julgamento que se intitulou nacionalmente como o julgamento do mensalão.

Ele faz uma análise sobre aquilo que eu já havia dito nesta tribuna, sobre como o presidente do STF, Joaquim Barbosa, conduziu aquilo com maldade, dentro de uma visão extremamente tendenciosa, no sentido de tentar condenar o ex-deputado, ex-ministro José Dirceu sem provas no processo, colocando-o numa condição de criminoso.

Além do mais, muda um conceito da Justiça brasileira. O acusado tem de provar, pelo julgamento que se processou, que se conduziu à frente do nosso querido deputado, ex-deputado, ex-ministro José Dirceu, o réu é que passa a ter que comprovar ser inocente. Ou seja, muda, consideravelmente, o conceito de Justiça no Brasil.

Por isso, mais uma vez, venho a esta tribuna dizer que a condução que o presidente do STF fez com relação a esse julgamento merece o repúdio da população brasileira. Sem entrar no mérito da questão do julgamento, inclusive respeito o seu resultado, mas não posso deixar, mais uma vez, de vir a esta tribuna para falar da forma extremamente arrogante e maldosa que o presidente conduziu o julgamento nos últimos dias.

Hoje, eu me inscrevi, Sr. Presidente, para falar do processo de educação à distância que a cada dia fica mais perto da população. Tive a oportunidade de ver a apresentação de Naomar de Almeida Filho, ex-reitor da Universidade Federal da Bahia e atual reitor da Universidade do Sul da Bahia, que me deixou extremamente

feliz com relação à forma como a educação à distância será tratada no novo conceito da Universidade do Sul da Bahia. Serão construídas, deputado Carlos Brasileiro, diversas escolas universitárias nos municípios, de modo que a juventude não precisará sair do seu município para ir aos campus tradicionais, a exemplo do que ocorre em Salvador, em Vitória da Conquista e em Jequié, e passará a maior parte da sua base escolar na sua cidade de origem. Isso cria um mecanismo de relação com a sua comunidade, traz uma formação diferenciada para a cidade e faz com que as famílias continuem mais agregadas. No momento em que esse jovem de 16, 17, 18 anos precisa estudar numa universidade, ele acaba tendo que deixar o seio da sua família, e isso não será mais necessário.

Quero, aqui, dizer da alegria de poder falar, mais uma vez, da educação à distância dentro de um conceito de escola pública, para que possamos, realmente, fazer uma educação vinculada às relações da sua cidade e das famílias e fazer com que essa nova universidade possa atender o dobro de pessoas das universidades tradicionais.

Por isso, quero, mais uma vez, aproveitar para falar sobre esse projeto do governo federal e do governo do Estado da Bahia dentro de uma nova concepção de educação para todos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Grande Expediente.

Não há orador no Grande Expediente.

Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder da Maioria ou ao representante do PDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, por todo o tempo falará o deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Pastor Sargento Isidório pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. da Imprensa, Srs. das Galerias Paulo Jackson que nos ouvem, na Bíblia está escrito que bem aventurada é a nação cujo Deus é o Senhor. Socializo e pluralizo com todos o Salmo 23 que diz o seguinte: “*O Senhor é o nosso pastor e nada nos faltará.*” Leiam a Bíblia independentemente das nossas religiões, até porque somos todos filhos de Deus. O projeto de Deus não discrimina ninguém, e ele tem os braços abertos para todos.

Início o meu pronunciamento, parabenizando a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia e o mui digno secretário Jorge Solla, juntamente com a sua equipe que trata da doação de órgãos, a exemplo da doação de córnea, sangue, rins. O secretário esteve nesta Casa hoje, sob a presidência do mui digno deputado José de Arimatéia,

meu pastor que me honrou, mais uma vez, na semana passada, visitando a Fundação Doutor Jesus, juntamente com o deputado federal Bispo Márcio Marinho, que teve a oportunidade de dizer-me que pensava uma coisa sobre aquela trabalho e sobre minha pessoa, mas que saía da Fundação Dr. Jesus pensando diferente, tanto sobre o trabalho ali prestado como também sobre a minha pessoa.

Este organismo do Estado que recolhe órgãos para doar merece toda a nossa homenagem, até porque doar órgão é o ato mais sublime da humanidade. Tenho convicção de que, se a humanidade inteira pudesse ouvir o que os doutores dessa área nos ensinou, todos nós seríamos doadores de órgãos.

Ao participar daquela comissão, que conhece pessoas morrendo por falta de um rim; conhece pessoas sem enxergar, com idade ainda viril, por falta de uma córnea; conhece pessoas morrendo por falta de sangue; fui convencido de que doar órgão para pessoas necessitadas é ficar vivo para sempre.

Tomei uma decisão que anuncio desta tribuna – como disse pela manhã e peço que conste nos Anais desta Casa: tudo que estiver em mim que sirva para alguém ficar vivo ou para dar conforto a uma vida, está autorizada a sua retirada. Estou doando todos os meus órgãos, principalmente os que servem, porque por morar no meio de dependentes químicos me chamam de doido; por trabalhar brincando para que o valor do gás de cozinha seja reduzido, dizem que sou doido. Então possivelmente meu cérebro é de doido, a mente é de doido. Costumo até dizer que é melhor ser doido do que ser ladrão. Se não quiserem o cérebro, estou doando todas as partes do meu corpo para melhor confortar outra pessoa. Estou comunicando oficialmente, através da minha assessoria jurídica, e aos meus familiares que caso aconteça qualquer coisa e eu deixe a terra, que todos os meus órgãos sejam doados, porque doador não morre. Segundo os médicos, quando você parte para a eternidade ou está inconsciente, com morte cerebral, não há possibilidade de você voltar para uma vida de conforto, está apenas vivo por aparelho. Portanto já é um morto em potencial. É melhor que você possa oferecer coração, rim, fígado, córneas, tecido, pele para que outras pessoas, que ainda vivem, possam estar confortáveis. Tomei essa decisão e hoje sou um homem imortal, falando-se fisicamente, porque todos os meus órgão que prestam estão doados oficialmente.

Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, é alarmante o estado por que passa a nossa Nação com relação às drogas. O Brasil é o primeiro no *ranking* de destruição, de morte, de violência, de derramamento de sangue por causa dessa desgraça chamada crack que assola a nossa Nação. Ainda há autoridades irresponsáveis que têm coragem de zombar porque não têm um filho drogado; um parente nas drogas sendo vitimado. Zombam também de governos sérios, como o governo Jaques Wagner e o governo da presidente Dilma, que liberam recursos para entidades que, verdadeiramente, trabalham pelo bem-estar das pessoas que se estão destruindo e destruindo suas famílias.

Tenho na mão um relatório que diz que 40% dos usuários de crack estão na Região Nordeste e a Bahia, pasmem V.Ex^{as}, também vencem o ranking.

Eu dizia, ontem, que é lamentável quando chega um ministro de Justiça, ou de

Saúde, alguma autoridade federal para falar de drogas, alguém pega, leva para o Pelourinho, para ouvir Olodum tocar, para ouvir toque de tambor, camuflando as entidades, as comunidades terapêuticas, das quais também faço parte, sou líder espiritual de uma delas, onde temos pessoas verdadeiramente internadas, 24 horas, saindo das drogas a bem da verdade.

Não é justo nós termos, hoje, 813 pessoas internadas, sendo 132 mulheres a partir de 11, 12 anos de idade. Homens a partir de 11 anos, estou com um de 9 anos com o nariz todo arrebitado de pó da cocaína. Mas quando as autoridades federais chegam a este Estado, botam um biombo, não permitem que as autoridades vejam as comunidades que têm realmente usuários de drogas internados. Isso é vergonhoso e eu não posso me calar, não posso silenciar.

Quero dizer a V.Ex^{as} que acabei de inaugurar, na Fundação Dr. Jesus, com recursos próprios, com meu suor, sou mestre de obras, duas piscinas, uma semi-olímpica, com 25x12,5, sob a supervisão de engenharia, mas comigo na colher de pedreiro. Acabei de inaugurar duas quadras de esporte poliesportivas, dentro da Fundação Dr. Jesus, com recursos próprios. Inauguraremos na próxima semana mais outra quadra de futebol de praia, também com recursos próprios. Quero dizer a V.Ex^{as} que recuperar dependente químico não é só com feijão, dormida e prisão, não, porque dependente químico não é porco, também não são criminosos para estarem presos entre muros. Lá estamos eu, minha mulher, meus filhos, meus netos, trabalhando, muitas vezes sendo zombados, chamados de doidos e aqueles que deveriam, no mínimo, respeitar o nosso trabalho, vem para cá zombar de um trabalho sério.

Estou com os deputados Álvaro Gomes, Pastor José de Arimatéia, Carlinhos Brasileiro, grande deputado, que estiveram na Fundação, visitaram aquela obra e conhecem o nosso trabalho sério. Embora o meu comportamento, às vezes brincalhão, pareça ser de um doido, quero dizer a vocês que tenho a marca do sofrimento das famílias que possuem usuários de drogas, porque eu também fui um usuário. Eu também planejei assaltos dentro da polícia, mesmo ela tendo me ensinado coisas boas, por causa do caminho que escolhi me tornei um delinquente. Hoje, 19 anos depois, liberto pelo Sr. Jesus, aquele que morreu na Cruz do Calvário, mas ressuscitou para dar vitória a todos nós, independente das nossas religiões.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Maioria ou o representante do PV para falar ou indicar, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Marquinho Viana:- Sr. Presidente, vai falar, por 10 minutos, a deputada Luiza Maia.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputada Luiza Maia, antes de V.Ex^a iniciar, eu queria, deputado Sargento Isidório, parabenizá-lo. Realmente, acho que V.Ex^a é um doido, no bom sentido, por cuidar de mil jovens delinquentes, e tenho certeza que matérias deveriam mostrar como é feito esse trabalho, que poucos fazem neste País. Não é mole, e é digno.

V.Ex^a diz muito bem que, às vezes, brinca e é incompreendido devido à forma como faz algumas brincadeiras. Mas fazer esse trabalho que V.Ex^a faz é digno de reconhecimento. Poucos no mundo, não é no Brasil, não, cuidam de mil jovens na pior situação possível que é estarem perdidos nas drogas que devastam este País. E V.Ex^a está lá, à frente. Então, queria fazer, aqui, o meu reconhecimento.

Com a palavra, por 10 minutos, a deputada Luiza Maia.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, os que hoje estão nos assistindo das Galerias Paulo Jackson, quero declarar desta tribuna a minha satisfação sobre a posição tomada pelo Conselho Nacional de Justiça em relação ao afastamento do juiz Vítor Bizerra, que contribuiu para aquelas adoções irregulares de crianças na Cidade de Monte Santo, tema que virou manchete esta semana, mais uma vez, nos canais de televisão.

Tenho acompanhado de perto o sofrimento da família, mas também a sua recuperação.

Queria dizer que houve uma inversão de valores no primeiro momento, porque o Dr. Cappio, que teve a coragem de fazer com que os filhos de Silvana retornassem para os seus braços, havia sido punido. Agora, vemos que a justiça está sendo feita.

E quero registrar aqui a minha satisfação em relação a isso e parabenizar o Conselho Nacional de Justiça por ter tido a coragem de tomar a decisão certa.

Ainda em relação a essa questão do tráfico de pessoas, o Líder do governo, deputado Zé Neto, prometeu-me instalar a CPI amanhã. A Bancada da Oposição decidiu não indicar algum membro, mas vimos no Regimento que, legalmente, podemos instalá-la com seis membros titulares e três suplentes.

Espero que a CPI seja instalada amanhã e que esta Casa também contribua para que diminuam os índices do tráfico de pessoas. Todos sabemos a posição em que o nosso Estado se encontra. Está no relatório do Ministério da Justiça que a Bahia tem sido um dos estados que mais fornece pessoas para os traficantes. Nós precisamos colaborar com essa luta. E eu peço ao deputado Zé Neto que instale a CPI amanhã e que comecemos os trabalhos sobre esse problema.

Solicitei, e não sei se está na pauta de hoje, a votação da PEC sobre o voto aberto, que estava na pauta da sessão passada, 15 dias atrás, que acabou às 9 horas. Hoje, estou solicitando, porém não sei se está decidido o acordo entre a Oposição e a Base do governo. Eu queria fazer um apelo ao presidente para que a coloque na pauta.

Gostaria de parabenizar o deputado Reinaldo Braga pelo debate que fez ontem sobre a reforma política. Infelizmente, já tinha outro compromisso agendado e não pude participar, mas acho que há alguns avanços nesse grupo de trabalho do Congresso Nacional. Mas também há algumas questões que precisamos colocar na pauta desse debate. Acho que esta Casa também precisa colaborar com essa discussão.

A questão do financiamento público de campanha é fundamental para que combatamos, na prática, a corrupção eleitoral, para que se dê oportunidade aos segmentos que não têm dinheiro de ocuparem os espaços de poder. Temos visto que a

eleição está privatizada, quem está mandando e decidindo as campanhas eleitorais é o poder econômico, o poder financeiro. Dessa forma, pessoas que têm projeto, ideias, militância, organização, luta na sociedade, como mulheres, negros, jovens, índios não conseguem ocupar os espaços de poder para defenderem suas demandas. Nesse sentido, meu partido, em nível nacional, tem discordado dessa proposta que se está debatendo no grupo de trabalho.

Acho que a unificação das eleições é uma coisa importante. O fim da reeleição, com um mandato de 5 anos unificado em todos os espaços também acho que é fundamental.

E faço questão de ler aqui a decisão da Executiva Nacional do nosso partido, porque tenho plena concordância com ela e acho que precisa estar vivo, na cabeça da nossa sociedade, o que realmente o Partido dos Trabalhadores está propondo em relação à reforma política, e não esse arremedozinho aí que estão fazendo no Congresso Nacional, como se fosse uma pequena reforma eleitoral. O que é que o partido diz? Ele decide o seguinte: (Lê)”*Reafirmar a campanha nacional de coleta de assinaturas do Projeto de Iniciativa Popular da Reforma Política organizada pelo Diretório Nacional.*” Nossa campanha foi deslanchada há uns três meses. Temos feito esse debate e ido para os locais públicos colher assinaturas com uma receptividade muito grande. Pesquisas já mostraram que mais de 80% do povo brasileiro concorda com a reforma do sistema político, e os poderes não podem deixar de ouvir o clamor que, no mês de junho, a sociedade brasileira, de forma organizada nas ruas, mandou-nos esse recado.

“*Reafirmar o compromisso de votar imediatamente o Projeto de Decreto Legislativo de convocação do plebiscito, de iniciativa das bancadas do PT, PC do B, PSB e PDT na Câmara dos Deputados; Manifestar-se contrariamente à Reforma Eleitoral já aprovada no Senado e ao conteúdo até então aprovado no Grupo de Trabalho da Reforma Política na Câmara dos Deputados;*”. Porque, inclusive, não toca nessa questão, deputado-presidente, do financiamento público.

“*Orientar nossas bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado a apresentarem substitutivos globais às propostas em curso nas duas Casas; Orientar nossas bancadas na Câmara dos Deputados e do Senado à obstrução das propostas de contra-reforma política se levadas ao Plenário; Reafirmar nossa decisão de priorizar, em qualquer cenário dos debates legislativos, nossas propostas de financiamento público de companhia, eleição por lista partidária com paridade de gênero, ampliação dos mecanismos de participação popular e convocação de uma Assembleia Constituinte Exclusiva para a realização de uma ampla reforma política que aprofunde o processo democrático em nosso País*”.

Então, pelo fato de ter plena concordância com a decisão da Comissão Executiva Nacional do meu partido, fiz questão de ler aqui essas resoluções para que realmente a gente incorpore, que esta Casa não fique de fora desse debate, que é fundamental. E pedir a minha Bancada, a Bancada do PT, que aceleremos e aprofundemos a discussão e a coleta de assinaturas, porque sabemos hoje que a postura do Congresso Nacional é uma postura conservadora, atrasada em relação à

reforma política, reforma que acho fundamental e importante, acho que é a “mãe” de todas as reformas.

Nós sabemos que o Brasil precisa fazer mais de dez reformas. É o país hoje que, como se diz na brincadeira, é o das grandes reformas não realizadas, mas a reforma política é a “mãe” de todas elas e precisa ser encarada com seriedade, ouvindo a sociedade e envolvendo-a, porque foi assim que se votou o “ficha-limpa”, foi assim que se votou tantos outros projetos, já que a postura do Congresso Nacional é um postura atrasada, conservadora, já que não quer avançar nesse debate e muito menos na aprovação dessas alterações que precisam ser feitas urgentemente para que, realmente, a gente consolide a democracia. É preciso que se dê oportunidade a que todos os segmentos, todos os grupos sociais organizados ou não para que tenham oportunidade de participar de todos os espaços de poder. Não dá para o poder continuar nas mãos dos ricos, dos brancos, dos poderosos, porque dessa forma a gente, acompanhando e fazendo o levantamento da composição de todos os poderes, a gente vê que as mulheres, os negros, os jovens, os índios, estão sempre sub-representados. Por quê? Porque hoje quem está mandando, quem está decidindo as eleições é o poder econômico.

Precisamos desprivatizar a política. Não é possível um exercício público, como é o exercício da política, ser financiado por iniciativa privada. Para mim, isso é o que distorce tudo, é o que facilita a corrupção eleitoral e facilita a concentração dos poderes nas mãos de tão poucos, como a gente vê a cada dia. Um movimento como o Movimento dos Sem Terra, que tem uma força no Brasil todo, tem apenas dois representantes na Câmara Federal, porque não tem oportunidade, porque o dinheiro é que está decidindo as eleições no nosso Brasil.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o Líder da Maioria ou do Bloco Parlamentar PSL/PRB/PP, para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, falará por cinco minutos o deputado José de Arimatéia. E a deputada Ângela Sousa, pelos outros cinco.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado José de Arimatéia por 5 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, todos que nos assistem através da *TV Assembleia*, tivemos uma audiência pública muito importante na Comissão de Saúde, onde tratamos da doação de órgãos no Estado da Bahia.

Nela tivemos a presença dos Drs. Eraldo Moura, coordenador do Sistema Estadual de Transplantes, José Walter, da Rede Própria, representando o Dr. Jorge Solla, secretário, Ledivia Espinheira, diretora da Rede Própria - Gestão Direta, Márcia Chaves, presidente da ATX; do Sr. Vasconcelos, da Renault Bahia, e do vice-presidente desta Assembleia, deputado Yulo Oiticica, que tem um projeto

importantíssimo na Casa, de nº 19.303/2011, que diz respeito ao Dia Estadual de Conscientização da Importância do Transplante e Incentivo à Doação de Órgãos e Tecidos.

Ficou acertado que nesta tarde-noite estaremos aprovando-o. Já falamos com os deputados Zé Neto e Elmar Nascimento, que já sinalizaram, e também com o presidente Marcelo Nilo. Então, tenho a certeza de que hoje aprovaremos mais um projeto importantíssimo para conscientizar que campanhas como esta não venham a ser somente na semana ou no mês da doação de órgãos.

Apresentei, Sr. Presidente, e gostaria de ler aqui esta Moção para ser inserida nos Anais da Casa. Na sexta-feira, Dia Nacional, e hoje na Comissão de Saúde foi aberta a Semana de Incentivo à Doação de Órgãos e Tecidos para Transplante. Tivemos igualmente a presença do cantor e poeta Chocolate da Bahia, que fez a sua explanação, e de Del Feliz, que esteve participando e abraçando a causa.

A Moção diz o seguinte:

(Lê) “Nesta sexta-feira, dia 27 de setembro estaremos celebrando o Dia Nacional de Incentivo a Doação de Órgãos e Tecidos para Transplantes. A data tem o maior objetivo de disseminar informações vinculadas à doação de órgãos e sensibilizar profissionais e pacientes, para a grande necessidade de aumentar o número de doações em todo Brasil.

O Coordenador Estadual do Sistema de Transplante, Eraldo Salustiano Moura, acredita que o transplante depende do entendimento da sociedade, para autorizar a doação. Moura destacou a importância de cada brasileiro estar sinalizando à família a vontade de doar porque a doação no país só é permitida mediante a autorização de parentes do primeiro e segundo grau do doador.

Outro problema mencionado pelo coordenador é ainda o desconhecimento dos profissionais da saúde em relação ao diagnóstico de morte encefálica - etapa crucial para o processo doação-transplante.

Conforme relata a presidente da Associação de Pacientes Transplantados da Bahia, Márcia Chaves, uma série de questões tem atrapalhado a captação de órgãos no Estado da Bahia, tais como: a falta de informação sobre a doação de órgãos, abordagem familiar não coerente, provocando a negativa familiar, que já totaliza em quase 80% na Bahia.

Nessa perspectiva Márcia Chaves sugere uma campanha educativa institucional durante todo o ano, a inclusão da matéria transplante na grade curricular nas universidades da área de saúde, além de uma política direcionada para a captação e doação de órgãos e transplante, e também os pacientes transplantados.

Venho destacar, que o Brasil é o segundo país no mundo em número de transplantes, só perdemos para os Estados Unidos; ainda assim precisamos promover ações, que estimulem as doações, na tentativa de desafogar a fila de espera para transplantes, e salvar vidas. Precisamos transformar a luta

dessas pessoas em solidariedade.

Dê-se ciência desta moção de congratulação e aplausos para o Governador da Bahia, Jaques Wagner, o Coordenador do Sistema Estadual de Transplante, Eraldo Salustiano de Moura, o Secretário Estadual de Saúde, Jorge Solla, além da presidente da Associação de Pacientes Transplantados da Bahia, Márcia Chaves.

Sala das Sessões, 24 de setembro de 2013.”

Para concluir, Sra. Presidente, quero agradecer ao presidente desta Casa, deputado Marcelo Nilo, que autorizou fosse iluminada totalmente de verde a fachada da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia para representar o Dia Nacional de Doação de Órgãos. Mais uma vez, agradeço ao presidente por abraçar uma campanha de muita importância e a V. Exa, deputada que preside esta sessão, que também estava lá e já se posicionou favoravelmente à votação do Dia Estadual de Doação de Órgãos no Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra a deputada Ângela Sousa por 5 minutos.

A Sr^a ÂNGELA SOUSA:- Sra. Presidente, minha querida deputada Maria Luiza Laudano, companheiros que estão aqui, Galerias, quero dizer que, no dia 20 de setembro, sexta-feira passada, houve o anúncio da criação da Universidade Federal do Sul da Bahia, a instalação do Conselho Universitário, que apresentou a carta de fundação da nova universidade. É um avanço muito grande para nós, mais uma universidade federal na Bahia, agora no Sul, tem uma importância gritante porque vai atender a uma região muito grande. Com isso, dá-se oportunidade a alunos que não têm como pagar uma universidade particular e que disputam o acesso a uma universidade pública.

Para nós, educação é prioridade. E eu digo sempre que nosso tripé é educação, saúde e segurança pública. E quando vemos a presidente trazendo isso para nossas cidades, para nosso Estado, eu fico muito feliz.

Parabenizo o nosso prefeito Vane, que, com muita sabedoria, tem lutado por essa conquista desde que lá chegou. Como prefeito, ele tem buscado dar agilidade para a implantação da universidade, como de fato foi feito, com a presença do governador e de alguns companheiros deputados estaduais, deputados federais e secretários.

Parabenizo Itabuna, parabenizo a região, parabenizo os municípios que terão colégios também. Tudo isso é uma necessidade forte para a educação do nosso Estado.

Tivemos ontem, dia 23, uma audiência pública, pedida pela Comissão de Direitos Humanos, para discutir a demarcação de terras indígenas. Temos lutado desde 2008 levantando essa bandeira, porque queremos, na realidade, justiça,

queremos que os agricultores de pequeno porte possam ser assistidos, possam ter o direito de continuar em suas terras, possam ter o direito de continuar produzindo e abençoando a economia do nosso Estado. Vejam, se a nossa alimentação chega às mesas da zona urbana, é porque, no interior, na zona rural, há homens e mulheres de mãos calejadas que buscam e trabalham pela sua sobrevivência.

Então, não é justo deixarmos acontecer uma coisa tão terrível como esta demarcação. Os municípios de Ilhéus, Una, São José da Vitória, Buerarema vão sofrer bastante, porque, inclusive, os pequenos agricultores estão sem condições de plantar com receio de o seu cultivo ser tirado, arrancado.

Precisamos acabar com esta situação! Precisamos defender a justiça. Nada contra os indígenas! Acho que existem terras improdutivas que podem ser dadas, juntamente com políticas públicas, para que eles façam o que os agricultores fizeram.

Então, o nosso pedido continua aqui para que os nossos pares entrem nesta briga, nos dando esta força para que a gente possa suspender, sim, completamente esta demarcação. Devemos promover a reintegração das terras que estão lá. Por muitas vezes, a Polícia Federal e a Força Nacional fazem sair o agricultor de dentro da sua terra e põem o índio.

Nós não aceitamos esta situação!

Queremos, na realidade, que existam a justiça e o respeito, porque não se pode, em benefício de um povo, jogar o outro na sarjeta. Tal manobra é deixar agricultor de um ou de dois hectares sem saber o que fazer, porque este agricultor não tem mais nem idade para recomeçar a vida em outra localidade. Eles não vão entender. Eles morrem porque saem de suas terras. Então não queremos que isso aconteça.

Então pedimos esta audiência com o ministro da Justiça e com a ministra da Casa Civil para que se faça, aqui, como se fez no Paraná. Lá, foi completamente suspensa. Precisamos ver de que maneira podemos articular, contanto que os nossos agricultores não percam as suas terras.

Deus os abençoe. Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao do Bloco Parlamentar PTN/PSC/PRP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Gaban:- Sr^a Presidente, por todo o tempo, usará a tribuna o deputado Luciano Simões.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Luciano Simões pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Sr^a Presidente e deputada Maria Luiza Laudano, Srs. Deputados, deputada Luiza Maia, Srs. da Imprensa, Srs. das Galerias, o governo do Estado, através do setor de imprensa governamental, quais sejam, a Secretaria de Comunicação Social e a Assessoria de Imprensa da Secretaria da Segurança Pública, têm, deputado Gaban, divulgado, constantemente, matérias referentes à diminuição da criminalidade na Região Metropolitana incluindo Salvador.

Está certo o governo do estado informar.

E a secretaria chega a informar que, na primeira quinzena deste mês, comparado ao período de 2012, a criminalidade caiu cerca de 30% em Salvador e Região Metropolitana. Porém, logo após essa informação, há outra informação do dia posterior, onde, na Região Metropolitana, teve uma queda de homicídios de 30,6%. Logo após, outra matéria, deputado Gaban, em outro jornal de grande circulação na Bahia, já vem uma matéria diferenciada com o seguinte título: “*Violência aumenta na RMS enquanto Salvador registra queda 30%*”

Cabe ao parlamentar, deputado Álvaro Gomes, eleito pelo povo da Bahia, uma vez que a Assembleia, o parlamentar já não tem mais, mediante a Constituição de 1988,(...) o início, a provocação de leis que tratem de matéria administrativa ou de matéria financeira ou que venha a trazer despesas ao erário público estadual. A única função, deputada Maria Luiza, que o deputado tem, hoje, perante a Constituição estadual e a federal, que é a principal, é fiscalizar os atos do Poder Executivo.

A Secretaria de Segurança informa esses dados e para a população parece ser verdade. A assessoria de comunicação da Secretaria de Segurança endossa esses dados e para o povo da Bahia parece ser verdade, como parece ser verdade também a propaganda do governo da Bahia.

A gente vai acessar o site da Secretaria de Segurança Pública, notem os senhores e pasmem os senhores, quando se acessa o Portal da Transparência do governo, e o site da Secretaria de Segurança, deputada Ângela Sousa, que sabe, sofre com a violência na região de Ilhéus e Itabuna,...

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- (...) lá não se encontram dados de 2013 com referência ao interior do Estado. Os dados que lá estão são referentes, deputado Gaban, a 2012, e os dados dispostos no site do portal do governo com referência à Salvador estão lá para quem quiser acessar, até o mês de março de 2013.

O que está acontecendo com o governo? Quer subverter dados? Quer dar informações que não são verdadeiras, e não me resta, Sr^a Presidente, Srs. Deputados, outro caminho, diante dessas informações deturpadas através do site, a não ser procurar o caminho legal. Não farei mais requerimento, deputado Álvaro Gomes, à Mesa diretora da Casa pedindo informações sobre atitudes e atos do governo, porque os requerimentos são indeferidos peremptoriamente pela Mesa da Casa que tem a maioria governista. Não me resta outro caminho a não ser requerer, com base na lei de transparência, à Casa Civil do governador e à Secretaria de Segurança Pública onde se encontram esses dados, para que a verdade se restabeleça para o povo da Bahia e para a imprensa da Bahia.

Não pode a imprensa, que divulga esses informes da Secretaria de Segurança e do governo não ter uma informação de onde foram cooptados e captados esses dados. Não me resta outro caminho, já que tentei acessar os dados oficiais e eles não informam; não me resta outro caminho a não ser requerer, com base na lei de transparência, a verdadeira informação e que o povo da Bahia deve ter conhecimento no que diz respeito à violência e à criminalidade.

Com o aparte o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Caro deputado Luciano Simões, o assunto que V.Ex^a traz eu tinha acabado de ouvir no noticiário da *TV Globo*, jornal local, matéria exatamente sobre isso, a queda de 30% de homicídios na Região Metropolitana. Acabei de ouvir o telejornal e fui ao supermercado com minha esposa, estava na fila e duas senhoras que estava na frente comentando – rapaz, só falta avisar a população que os homicídios diminuíram, porque diuturnamente as emissoras de rádio e jornais estão dizendo dos crimes que ocorreram na Região Metropolitana, só o governador do Estado que parece que não sabe. Então, isso está virando até brincadeira da população!

Eu acho que o nosso dever, a nossa obrigação, e lhe confesso também. Deputado Luciano Simões, que estou, hoje mesmo já encaminhei cinco ofícios baseado na Lei da Transparência, para que o Estado também forneça uma série de informações. Mande também para o Tribunal de Justiça outro ofício, também nesse sentido, perguntando quais são os processos tramitados e julgados pela Corte do Tribunal de Justiça, que vários deles, por unanimidade, tem assunto da URV dos servidores públicos, tem o problema do empréstimo consignado que obrigaram os servidores do Estado fazerem com o Banco do Brasil, e essa liberdade não pode ter, enfim, vários processos tramitados e julgados, o concurso da Embasa que já tiveram parecer do Tribunal, e que o Estado não cumpre.

Então, você tem aí uma insegurança jurídica enorme, o Tribunal de Justiça faz de conta que não está acontecendo nada, julgaram, o Estado não cumpre as determinações e as coisas ficam.

No mesmo sentido, com relação à falta de transparência do governo, já entrei com uma ação, e já tem a parceria do Ministério Público, através da Dr^a Rita Tourinho, do Ministério Público de Contas, para verificar, inclusive reforçado por um próprio corregedor do Tribunal de Contas do Estado, que foi o conselheiro Filemon Matos, que dentro do que nós estamos falando, da falta de transparência, que o Fiplan não funciona, o Transparência Bahia não funciona, para que também tomem as providências, porque realmente vira uma brincadeira os homicídios que estão aí ocorrendo, e o governo dizendo que caiu 30%. Só l está vendo essa queda, porque, infelizmente, nós e a população de uma maneira geral está sentindo exatamente o contrário, e é o que a imprensa normalmente tem denunciado diuturnamente.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Para concluir, Sr^a Presidente.

O que ocorre, na realidade, é que as páginas dos jornais da Bahia, os *blogs*, cada dia aumentam mais nas informações de crimes e de violência. Os programas de televisão, a exemplo do *Bocão* e outros da *Rede Record* em outras redes de TV, mostram cada dia, e a audiência também aumenta a cada dia, um maior número de crimes, homicídios, de furtos, de roubos, etc. E as informações levadas ao público pela Secretaria da Segurança não correspondem nem mesmo às próprias informações, porque aqui um jornal dá de uma forma o aumento na Região Metropolitana, o outro jornal dá diminuição, e o outro dá diminuição em Salvador. Quando a gente acessa os portais do governo e os sites, as informações são inexistentes.

Então, não nos resta outro caminho aqui a não ser requerer, com base na Lei da Transparência, as verdadeiras informações para que o povo da Bahia tome conhecimento.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. Carlos Brasileiro:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Questão de ordem, deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr^a Presidente, dado o número de parlamentares no Plenário, pediria a V.Ex^a uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- O.k. Solicito que seja feita uma verificação nominal, que sejam abertos os 20 minutos previstos em acordo de Lideranças, para que os parlamentares possam aqui adentrar. E vou adiantar a V.Ex^a, deputado Carlos Brasileiro, e ao deputado Zé Neto que, a partir deste momento, não tenho nenhum acordo para qualquer projeto, porque V.Ex^{as} utilizaram todos os horários... Eu disse que queria utilizar o horário, e agora pedem verificação de quórum para a continuidade da sessão.

Então, nesse sentido, se for mantida a verificação de quórum, nenhum acordo existe mais neste Parlamento.

O Sr. Zé Neto:- Não, não, porque disseram que V.Ex^a não iria usar a tribuna. Alguém me informou aqui que V.Ex^a só iria usar um tempo.

Retira-se a questão de ordem.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr^a Presidente, então retiramos a questão de ordem de verificação de quórum. A informação que tivemos era de que não iriam usar os tempos.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- V.Ex^a será atendido. Com certeza, deputado Gaban, nós estamos aqui para ceder, porque, conforme o entendimento entre a Minoria e a Maioria, todos precisam, realmente, levar sua palavra para a nossa comunidade, que bem representamos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr^a Presidente, falará o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de até 10 minutos.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais deputados, hoje pela manhã, entre as diversas atividades existentes aqui na Assembleia Legislativa, tivemos uma reunião na Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Serviço Público. Lá, debatemos alguns temas e tiramos alguns encaminhamentos.

Nós discutimos a questão do Fundo de Cultura do Estado da Bahia, onde devemos realizar, na próxima semana, um debate para discutir a questão do Fundo de Cultura do nosso estado.

Nós, também, debatemos a questão da implementação de uma lei federal que determina que todas as escolas devam ter uma biblioteca. Esta é uma lei federal já aprovada. O Ministério Público, inclusive, já fez uma discussão e nos convidou para participar.

(Há manifestação em plenário fora do microfone.)

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Exatamente, deputado Rosemberg, é desta lei que estou falando.

O Ministério Público já fez uma discussão na semana passada. Participaram dessa discussão várias entidades como o município de Salvador, a representação de secretarias do estado da Bahia, a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, a Comissão de Educação da Câmara de Vereadores. O objetivo foi discutir a implementação desta lei, melhor, o que prevê esta lei.

Esta lei federal prevê que todas as escolas, sejam públicas ou particulares, devam ter uma biblioteca para melhorar a qualidade de ensino e, portanto, melhorar o desempenho dos estudantes. Este projeto de lei tem um período para ser implementado. É uma lei, claro, portanto, já foi aprovada. Mas existe um prazo de até 10 anos para ela ser implementada.

Nós entendemos correto este período de adaptação das atuais e das novas escolas, sejam as particulares, sejam as públicas. Mas achamos, também, importante fazer um esforço para agilizar este processo e não precisar de 10 anos para implementação da lei; apesar de a própria lei prever isso: um prazo de 10 anos.

Então, tivemos uma discussão no Ministério Público, na semana passada, a convite da promotora, Dr^a Pilar. E, hoje, na Comissão de Educação, também, voltamos a debater este tema. E aprovamos, portanto, fazer uma audiência pública para discutir essa temática.

É importante, também, ressaltar que esta lei não foi ainda implementada. É importante se fazer um levantamento nas escolas particulares. Já foi feito levantamento nas escolas públicas do estado. Ainda não existe um levantamento nas escolas municipais. Mas é importante que o levantamento desses dados sejam feitos em todas as escolas e não apenas nas escolas do estado, mas também dos municípios e nas escolas particulares.

O número de bibliotecas é muito pequeno. E a secretaria de estado está disposta a implementar essas bibliotecas nos principais colégios, nas principais escolas e nas principais regiões para que possam, realmente, melhorar o ensino do nosso estado.

Uma outra questão que gostaria de abordar aqui diz respeito à fundação, semana passada, da Universidade Federal do Sul da Bahia, que deverá contar com aproximadamente 10 mil novas vagas para os estudantes de todo o Estado e do Brasil. Está localizada no Sul da Bahia, com a sua reitoria na cidade de Itabuna e extensão em Teixeira de Freitas e Porto Seguro. O reitor será Naomar Almeida, que também já foi reitor da UFBa e teve um desempenho muito importante, pois a transformou

melhorando consideravelmente o seu funcionamento. Com certeza, fará novamente um excelente trabalho lá.

Nessa luta pela extensão das universidades federais, quero registrar que aprovamos, numa das reuniões da Comissão de Educação, a realização de uma audiência pública em Gandu, no Baixo Sul, para que possamos discutir e debater a implementação de curso superior naquela cidade e região, porque o desafio das universidades federais é exatamente estar presente em todas as principais cidades. E o desafio dos governos Dilma e Wagner é buscar implementar o curso de nível superior em todas as cidades do nosso Estado, através das universidades estaduais e federais. Hoje já temos cinco federais, mas passamos décadas e décadas com apenas uma.

Portanto, atualmente o desafio é mesmo a expansão do ensino de nível superior pelas universidades federais e estaduais. Nesse sentido, aprovamos na Comissão de Educação essa audiência pública a ser realizada em Gandu. Estamos aguardando apenas a confirmação do reitor Naomar para que marquemos a data e possamos discutir levar para lá um curso de nível superior. É muito importante que tratemos desta questão do ensino superior, que é uma das estratégias dos governos Dilma e Wagner.

O Sr. Euclides Fernandes:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Com o aparte o deputado Euclides Fernandes.

O Sr. Euclides Fernandes:- Quero me congratular com o deputado Álvaro Gomes, tendo em vista que foi verdadeiramente importante a implantação da Universidade Federal do Sul da Bahia pelo governador Jaques Wagner, sexta passada. Consequentemente só podemos nos alegrar, porque educação é fundamental. Meu caro deputado Álvaro Gomes, apesar da grande extensão territorial da Bahia, antes dos governos de Lula e Jaques Wagner, só existia uma Universidade Federal como mantenedora do ensino superior público federal. Hoje, graças a Deus e à ação dos governos de Lula e Dilma, temos a Universidade do Recôncavo, além da de Itabuna, com núcleos em Teixeira de Freitas e Porto Seguro, e também as do Oeste e de Juazeiro e Petrolina.

Então quero realmente me congratular com o pronunciamento de V.Ex^a, reconhecendo verdadeiramente a ação da presidenta Dilma e de Jaques Wagner no sentido de trazer a presença do governo federal na manutenção do ensino superior para o povo baiano, o que é muito importante. Nós sabemos que o maior patrimônio que um pai humilde pode legar aos seus filhos é a educação. Portanto, evidentemente, só podemos ficar felizes e satisfeitos por essas ações do governo federal, como mantenedor do ensino superior no Estado da Bahia.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Incorporo o aparte de V.Ex^a ao meu discurso.

Quero só acrescentar que, além das universidades estaduais e federais, o governo federal propiciou que cerca de 1 milhão de estudantes pobres pudessem cursar as universidades particulares.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o nobre Líder da

Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar PR/PSDB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Gaban:- Usarei todo o tempo, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o nosso amigo deputado Carlos Gaban, pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr^a Presidente, Sr^s Deputadas, Srs. Deputados, na semana passada foi publicada em todos os jornais em circulação no nosso Estado uma nota emitida pela ABEOP, e nessa nota eles anunciam:

(Lê) *“A Associação Baiana das Empresas de Obras Públicas – Abeop vem, por meio desta, solicitar do Governo do Estado os pagamentos pendentes de inúmeras faturas de obras e serviços contratados, principalmente, pela Conder, Sucab e Sudic, entre outros órgãos, através de licitações de obras públicas.*

Vale destacar as seguintes questões:

As pendências mencionadas dizem respeito a faturas de exercícios anteriores, que se constituíram em ‘Restos a Pagar (RP)’ e ‘Despesas do Exercício Anterior (DEA)’, bem como os serviços concluídos de obras em curso. Diante dessa situação, grande parte das obras do Estado encontra-se parcial ou totalmente paralisada por falta de pagamento. Muitas intervenções, de primeira necessidade para o cidadão, se encontram sem previsão de, entrega trazendo prejuízos para todos nós, contribuintes baianos;

Importante notar que com o capital de giro empatado nas obras para o cumprimento dos prazos acordados, não existe fôlego das nossas empresas nem mesmo para a participação em novas licitações que continuam a ser lançadas apesar da situação que ora se verifica. O significativo atraso nos pagamentos não tem permitido também às empresas credoras, o cumprimento com suas responsabilidades sociais, ao tempo em que muitas já se encontram na iminência de promover demissões em massa e/ou encerrar suas atividades.

Esta nota tem por finalidade obter apoio de todos, bem como solicitar um posicionamento claro do Governo do estado com relação à real situação das contas públicas, no sentido de que possamos equacionar esse impasse.

A Abeop espera uma solução, ao tempo em que reafirma o seu compromisso com a ética, transparência e lealdade com o povo da Bahia.

Salvador, 20 de setembro de 2013

Associação Baiana das Empresas de Obras Públicas – Abeop”

Em função dessa matéria, saiu uma outra: “O culto à rapinagem”.

A teatróloga e escritora Aninha Franco escreveu no domingo um artigo sobre o atraso no pagamento das obras, provocando um atraso na conclusão das mesmas, o que irá incidir num maior custo delas. E destacamos estas frases:

(Lê) *“Por que as obras não terminam na Bahia? Obras inacabadas atrapalham a arrecadação.”*

Cito não só essa manifestação. Eu, que tenho 35 anos de Bahia, vejo pela primeira vez a Associação Baiana das Empresas de Obras Públicas publicar uma cobrança ao governo.

Para nós, da Oposição, isso não é novidade, porque vimos, desde 2008, dizendo que o Estado vinha arrecadando menos do que estava gastando, fruto do gasto excessivo com custeio. Em 2008, 277 milhões a mais; em 2009, 973 milhões a mais; em 2010 teve um equilíbrio nas contas; 2011 voltou o governo a gastar muito mais do que devia, mais de R\$ 150 milhões; 2012 a mesma coisa, chegando ao final de 2013 com um rombo de R\$ 2 bilhões e 600 milhões.

E o governo tardiamente tomou algumas medidas, mas ao meu ver, deputado Rosemberg Pinto, foi somente para inglês ver, para dizer que estava ciente da situação dramática. Não basta apenas empresas de obras públicas do Estado se manifestarem através de todos os jornais em nota paga. Várias e várias escolas, não só na capital como no interior, não estão funcionando, tiveram que ter uma vergonhosa, posso assim chamar, intervenção do Ministério Público do Trabalho para intermediar uma negociação entre o governo do Estado e as empresas prestadoras de serviço. As escolas não estão funcionando, porque o governo não paga às prestadoras de serviço e, sem limpeza, não tem como as escolas funcionarem.

Denunciei na semana passada que, mesmo esse decreto do governo para inglês ver, nenhuma secretaria tem respeitado. A própria Secretaria da Educação, no momento em que várias escolas não têm aula porque eles não pagam o pessoal de limpeza, fez quatro licenças de licitação no valor de R\$ 8 milhões para contratar empresas para limpeza pública. É um desrespeito aos estudantes, é um desrespeito à população e, pior, é um desrespeito de um secretário a um decreto do governador que proibiria, em tese, novas licitações para prestadoras de serviço, para aluguel de carro, para eventos. Mas nada acontece. Por quê? Porque tiveram não só esses R\$ 8 milhões que a Secretaria da Educação contratou, mas tiveram também patrocínio de bandas cheias de dinheiro, de artistas que têm avião para circular nos *shows* no interior da Bahia sendo patrocinados pelo governo do Estado para fazer shows em Nova Iorque e também na nossa querida Paris.

É um desperdício do dinheiro público! E não para! Vejam hoje, mais uma, nem a Secretaria da Comunicação Social do governo Wagner respeita um decreto do governador. Hoje tem um resumo de contrato, 15/ 2013, mais uma vez dispensa de licitação. Eita governo que gosta de dispensar licitação! Em 06/2013, contratante: governo do Estado através da Secretaria da Comunicação; contratada: Companhia da Tecnologia e Informação e Comunicação do querido estado do Paraná; objeto: elaboração do projeto de desenvolvimento dos portais do governo do Estado da Bahia; prazo: 12 meses; valor: R\$ 1 milhão. Como é que vai controlar o custeio, meu caro Marcelino Galo?

É um desrespeito. Todas as secretarias, sem exceção, estão desrespeitando. A CAR já contratou uma empresa para contratar motorista. Todo mundo burla um decreto do governador em menos de um mês. E ainda não conseguem pagar. O Ministério Público do Trabalho tem que fazer sua interferência, o que acho ruim para o Estado. É uma péssima imagem para o Estado da Bahia ter a interferência do Ministério Público do Trabalho para que pague as empresas prestadoras de serviço para que os alunos não passem vexame. Como a Bahia foi, mais uma vez, vexame

nacional com os alunos de uma escola do município de Luís Eduardo Magalhães interrompendo as aulas para fazer faxina. Uma aluna, no seu desabafo, disse que estava ali para estudar e não para fazer limpeza de escola.

E o governo continua gastando dessa maneira desrespeitosa. Acho que o governador do Estado deveria rasgar o próprio decreto que ele assinou ou demitir todos. Aí deveria demitir todos, porque todos estão desrespeitando um decreto que ele fez. Acho que, na vida, a pessoa pode até não ser um bom gestor, mas a autoridade tem que ser respeitada. E quando a autoridade do governador não é respeitada nem mesmo pelos seus próprios secretários - inclusive hoje o próprio secretário da Comunicação Social do governo desrespeitou um decreto que ele fez há menos de um mês - tem que demitir o secretário ou então, ele perde o controle como o governo está perdendo. Na hora em que perde o controle não merece o respeito de ninguém. Eu não gostaria de ver - meus caros deputados Carlos Brasileiro e Marcelino Galo, que são dois leais defensores do governo nesta Casa - o governo da Bahia nessa situação de descrédito. O governo não pode permitir. É um negócio abusivo o que está acontecendo quase todo dia. E agora o secretário de Comunicação desrespeitando um decreto do governador, não pode! Que certeza vamos ter que ele está tentando equilibrar as contas e quem vai ser o prejudicado? O próprio governador. Ou ele está acreditando mais uma vez que o Tribunal de Contas, carinhoso com o Estado, vai passar por cima como passou em 2010, que permitiu o governo deixar débitos depois do final de uma gestão, o que a lei de responsabilidade fiscal proíbe.

Voltarei a esse assunto porque as contas de 2010 do governo serão analisadas por esta Casa. Foi um desrespeito, como hoje antecipei na Comissão de Finanças e Orçamento, utilizando até um parágrafo usado pelo deputado Zé Raimundo num parecer muito bem dado pela sua assessoria e, naturalmente, com o aval dele, analisando as contas de 2010 do Tribunal de Contas dos Municípios, ele diz que a maioria das contas de prefeitos municipais que foram reprovadas, foi porque no final de 4 anos de gestão deixaram débitos, o que é proibido pela lei de responsabilidade fiscal. Por isso, que a maioria das contas dos prefeitos do interior da Bahia foram reprovadas. Mas na capital o Tribunal, carinhoso com o Estado, aprovou as contas do Exmº Sr. Governador, mesmo ele deixando débitos nas contas de 2010.

Muito obrigado, Srª Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Srª PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Não há orador, Srª Presidente.

A Srª PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar DEM/PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Gaban:- Não há orador.

A Srª PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Não há orador.

Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Não há orador, Srª Presidente.

ORDEM DO DIA

A Srª PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Ordem do Dia.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Questão de ordem, Srª Presidente.

A Srª PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Questão de ordem, deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Gostaria que fosse feita uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

A Srª PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- V.Exª será atendido, nobre deputado.

Lembrando ao Plenário que, após 2 minutos do término desta sessão, será convocada uma sessão extraordinária, conforme requerimento com o objetivo de apreciar a urgência nº 7.987/2013 para o projeto de lei 20.472/2013, o projeto de lei 20.425/2013 e o projeto de lei 20.308/2013.

Havendo apenas em Plenário 10 Srs. Deputados, dou como encerrada a presente sessão por falta de número legal para a continuidade da mesma.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*